

Enfim, a independência do mundo capoeirístico é notada principalmente na sua relação contra o sistema oficial em períodos históricos anteriores, porque, significava uma ameaça às leis de ordem, de disciplina moral, de linguagem, de padrões religiosos, educacionais, entre outros. Todavia, acredito que a *Capoeira Angola* continua sendo uma forma de contracultura, uma prática que afirma uma outra ordem. Suas estratégias para conviver numa linha paralela ao sistema dominante permanecem.

No campo profissional, por exemplo, sua atividade não é regulamentada oficialmente, o que somente deve acontecer, caso as normas sejam decididas e de interesse pleno dos capoeiristas, numa coerência e veracidade de identidades nos segmentos legítimos desta cultura e sendo assim, para favorecê-la.

Enquanto a condição difere disto, a independência financeira de um mestre de capoeira ou de um professor de *Dança Afro*, passa por algumas condições, quando este cursou a educação regular oficial, chegando ao nível médio ou superior; nesses casos, possui melhor situação socioeconômica, às vezes, por outra profissão que exerce, mas a sua qualificação escolar favorece na sua atividade em melhores vantagens, nas propostas de cursos, *workshops*, palestras e no investimento em acervo e registros.

Acontece de modo diferente, quando este não chegou a se alfabetizar, fato que inviabiliza possibilidades de acesso a uma condição favorável na macroesfera social, pois depende de maneira fundamental de pessoas com maior nível escolar para ler e identificar documentos, escrever projetos, encaminhá-los à burocracia das instituições, entrar em concorrências, editais, todavia, alguns desses, pela riqueza, valor e representação social, conseguem mesmo descontinuamente, uma fonte de renda vinda de sua cultura, o que é uma situação instável e fragilizada.

Com o que está dito, reafirmo que no contexto brasileiro, o acesso e a conquista da formação escolar oportunizam um *status* social. O que levanto no desenrolar das análises é que medidas podem ser criadas pelo poder público e privado para permitir maior capacidade de enfrentamento daqueles que vêm se responsabilizando por uma determinada formação de pessoas, através de um fazer cultural, aonde tais medidas podem ir, desde o investimento para expansão e manutenção de núcleos dessa natureza, até a abertura da escola oficial para incorporar essa forma de conhecimento, ao lado dos já existentes.

Portanto, procurei, em síntese, situar a condição em que se dá o fenômeno da capoeira e da dança no nível da sua identidade, dos seus benefícios enquanto forma de educação e cultura, da sua capacidade política de luta e enfrentamento no cenário local, sem perder de vista o global, para, posteriormente, compreender qual a “valia”, o desafio do estudo e da pesquisa, enquanto meio para somar às proposições e ações que vão em direção de uma gestão de educação democrática como expus anteriormente.

1.2 A VALIA E OBJETIVO EM ESTUDAR EDUCAÇÃO A PARTIR DA CULTURA LOCAL

A minha opção pelo estudo da educação através da cultura local e os objetivos firmados justifica-se no propósito de que esta tese é uma forma de intervenção social. Destaca, dá voz e suporte a experiências desenvolvidas a partir de conhecimentos, interesses e identidades legítimas de seus autores sociais, que têm como ferramenta e forma de diálogo, suas linguagens de expressividade corporal, pelo movimento do corpo, de jogo, de dança, de sentimentos profundos e criativos, através dos quais, reclamam e lutam pela equidade, participação e reconhecimento enquanto sujeito de seu patrimônio intelectual e cultural junto aos demais grupos que contribuem na formação da sociedade, e que assim, devem ser conhecidos e referendados na escola e na educação local e nacional.

Nessa perspectiva cultural, a educação tem papel fundante porque é desenvolvida como um prazer, um gosto, uma identificação e pelos elementos que a constitui, serve de alicerce quando apreendidas com segurança, profundidade e com pessoas que preservam e difundem tais conhecimentos.

Somente a partir daí, considero que tais conhecimentos passem por adaptações e novas elaborações, realizadas por protagonistas educacionais, conforme interesses, perspectivas e finalidades, como é o caso do ensino-aprendizagem na escola formal através de metodologias que permitem o trabalho multidisciplinar com a capoeira, as danças, articulados a temas significativos e transversais, tais como, a luta dos movimentos sociais, o racismo, o patrimônio cultural, a questão do gênero, a solidariedade, a ecologia, entre outros.

Juntamente com esses procedimentos, incentivar a liberdade para criação de movimentos, poesias, canções, escrita, interpretação, desenhos, painéis,

instalações, que já são facilitadas pela própria expressão dessas culturas onde diversos elementos interagem.

O desafio aos professores nas escolas brasileiras, em buscar e aplicar novas teorias e práticas pedagógicas está em “religar saberes” , como expressa Morim (2000), tratando do desafio do conhecimento científico nesta nova era; desta maneira, percebo como uma referência de linguagem e metodologia, construída e ensinada em que existe “ligação de saberes” é a maneira como a Capoeira Angola e a Dança Afro articulam seus conteúdos, princípios fundamentais e os transmite.

Essa relação e fazer pedagógico já são facilitados pela proximidade do ensino e diálogo corpo-a-corpo da própria prática cultural, além de que, teoria e prática encontrada aí, não acontecem como dicotômicas. É evidente que, se as pessoas responsáveis em desenvolver essas práticas, mantiverem a maneira em que estas foram instituídas socialmente, todavia, os processos são dinâmicos e atualizam-se a partir de seus grupos protagonistas e também sofrem interferência de fatores adversos.

Em referência nagô, pode-se dizer que as *Danças étnicas afro-baianas* superam conceitos que separam o corpo da mente; nesta concepção é unidade, totalidade no processo. Como nesta concepção de ensino, o corpo é dançante, a pessoa assume-se integralmente para responder aos estímulos e desafios momento-a-momento, a imagem estética é valorizada, este se volta para si, leva a refletir a sua própria beleza.



Figura 14. Dançarino Reinaldo Pepe (Sopa) do Balé Folclórico da Bahia, aonde pode-se perceber sua beleza, força e expressão através da dança. Arquivo: Amélia Conrado

Nessa direção, esta tese serve como um instrumento de apoio para explicar no campo da educação contemporânea, o conteúdo educativo oriundo de núcleos culturais afro-brasileiros, que vêm contemplando nas ações pedagógicas, a diversidade e a pluralidade cultural, considerando as contribuições de diversas culturas que participam historicamente na formação da sociedade brasileira.

A relevância está na valorização de saberes e conhecimentos oriundos da matriz cultural africana no Brasil que precisa ser evidenciada junto a outras, compartilhada, afirmada de forma positiva nos diferentes espaços educacionais pela sua importância, pelo que oferece no nível de seus códigos de linguagem, de conteúdo filosófico, técnico, humanista, porque

o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessam apenas aos alunos de ascendência negra. Interessam também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos

negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolveram, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

(MUNANGA, 2001, p. 9)

Um dos aspectos fundamentais que trazem filosofias e práticas africanas é o respeito à natureza, à pessoa, visto na expressão da religiosidade, nos modos de vida comunitária, no compartilhamento.

As expressões de que trato originaram-se da relação da pessoa com a natureza; é dela que se retira a *Cabaça*, a *Coité*, a *Biriba*, as sementes, a sabedoria das plantas, a inspiração de ritmos, de coreografias, de golpes e movimentos, a observação dos animais, entre outros elementos.

O orgulho desta cultura que é a de brasileiros que se reconhecem portadores dela, mantenedores espalhados em “micro e macro regiões”, “territórios”, “pequenos mundos”, permite caminhos de realização e prosperidade apesar dos entraves, porém, nos fortalece para enfrentar espaços fechados, como a universidade para se falar sobre esses mundos, objetivando favorecer ambos os lados, a universidade e a comunidade através da troca de experiências, soma de idéias e práticas compartilhadas.

Dentre as ações afirmativas defendidas pelo Movimento Negro no Brasil, do qual faço parte pelo compromisso, identificação, luta e trabalho, está o *direito*, o *acesso* e *permanência* da criança, adolescente, jovem, adulto afrodescendente na escola, e esta atuando como veículo de transformação de mentalidade para se desenvolver uma consciência crítica e uma sensibilidade em todas as pessoas para podermos ver e viver tempos melhores; em síntese, uma escola brasileira transformada e transformadora.

1.2.1 SUPERAÇÃO DO PARADIGMA EDUCACIONAL MONOCULTURAL PELAS CLASSES POPULARES ATRAVÉS DE OUTROS PROJETOS

Há algum tempo, as classes chamadas populares no Brasil trabalham em direção à construção de caminhos e possibilidades educacionais que dependem de uma mudança de estrutura, de finalidades, de forma, de visão, de lugar, de aplicação. Por isso, a tese respalda experiências desenvolvidas no cotidiano para o campo científico pelo valor educativo que possuem.

Sendo este estudo uma continuidade do que desenvolvi no Mestrado em Educação cuja dissertação identificou de forma densa, o fenômeno das *Danças Étnicas Afro-baianas*, propondo concepções, verificando seus princípios filosóficos e metodológicos, seus precursores, entre outros aspectos. Agora, explico-as enquanto conteúdo educativo para uma política educacional na perspectiva multicultural.

Nessa direção, é preciso que se questione as contradições existentes no que se refere à formação escolar, porque, apesar da escola não contemplar a pluralidade étnica e cultural brasileira em seu currículo, a população em geral, perde com a falta desta, porque a ascensão e *status* social passam pelos critérios e exigência da mesma.

Boaventura (2002) enfatiza que existe um contraste marcante entre as leis e a realidade, o direito e acesso a todas as pessoas ainda não se deu no campo da educação. Temos em Salvador-Bahia, aprovada a *Lei de nº 4.741/93* que trata da *Pedagogia Interétnica* na Rede Municipal, que não foi incorporada e mantida como uma ação política fundamental para a escola pública.

Mesmo assegurado por lei ressaltar a pluralidade cultural, a diversidade e a história da contribuição do povo negro na construção do Brasil, percebo que as resistências contrárias a que isso aconteça, são expressões evidentes da discriminação e racismo brasileiro.

Por essa razão, defendo as ações afirmativas, compreendendo-as como diz Blajberg (1996, p. 20): “geralmente, ação afirmativa refere-se a uma variedade de programas e medidas que procuram corrigir e compensar desigualdades raciais e de gênero históricas”, no caso do contexto brasileiro, até que políticas mais amplas que

necessitam de longo prazo que sejam alcançadas, as ações afirmativas, também chamadas de "compensatórias", são adotadas para solucionar em caráter provisório os problemas.

Considero um privilégio, realizar uma pesquisa desta natureza, numa cidade cuja matriz histórica no que se refere às Danças Étnicas, são vividas de forma densa no cotidiano pelos que estão diretamente ligados, e mesmo os que não estão, são tocados de alguma maneira: porém, a atenção aos complexos problemas que ocorrem no interior dos grupos sociais que exercem tais atividades, só é compreendida, quando se está imerso, buscando seu entendimento.

Ressalto que a produção de teses, dissertações, monografias, estudos estatísticos, referentes a esses temas, vem se dando nas universidades e faculdades, através de estudiosos, professores comprometidos e sensíveis a problemáticas dessa natureza e do esforço de militantes que ingressam neste espaço.

A Universidade pública, cuja responsabilidade é olhar, ler e desvendar os fenômenos sociais, humanos, ambientais, físicos, entre outros, precisa avançar na discussão e na ação, principalmente, combatendo todo tipo de preconceito e discriminação, porque a formação profissional de várias áreas acontece através dela, expandindo-se para diferentes espaços, instituições, chegando até as famílias no âmbito da educação e dos valores.

Por essas razões, abro a discussão sobre políticas educacionais na perspectiva de uma abordagem multicultural através da linha de pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, mediante esta tese, perseguindo os seguintes objetivos:

- a) Estudar os conhecimentos da Capoeira Angola e da Dança Afro na Bahia e a ação pedagógica de profissionais dessas expressões, enquanto contribuições para políticas públicas de gestão democrática voltadas à perspectiva de educação multicultural.
- b) Aprofundar concepções de políticas públicas e ações afirmativas a partir de autores que abordam o tema da população estudada e minhas convicções

Para se estabelecer desenvolvimento, cidadania e superação de desigualdades é inadiável discutir e propor alternativas; e a universidade é um espaço privilegiado de análise, observação e crítica. Sendo assim, cumpre seu papel

social, e é nesse sentido que acredito na investigação científica como caminho para leitura de fenômenos diversos, apontando saídas para a busca de melhores condições de vida.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFBA vem tentando incluir às discussões, a questão da identidade e diversidade étnica e cultural brasileira, seja através da criação de linhas de estudos e pesquisa, o que necessita de continuidade, seja na aprovação de algumas teses e dissertações no nível de Mestrado e Doutorado, que são insuficientes para compreensão e propostas de equações dos problemas, pela sua complexidade e pela carência de produção científica voltada para esse foco.

Na perspectiva em que se direciona este estudo de crítica, de busca de superação e maior liberdade de expressão e ação ao sujeito social, se considera diferenças étnicas, culturais e políticas, nesse sentido, as danças étnicas no processo de educação multicultural, os procedimentos educacionais, contemplam forma e conteúdo que possibilitam o aluno colocar sua realidade, a construção de conhecimentos se dá a partir daquilo que ele vê no seu dia-a-dia.

Portanto, na medida em que participa de uma situação de aprendizagem, é valorizado como pessoa, como sujeito potencial, o aluno enfrenta o mundo com mais valorizado como pessoa, como sujeito potencial, o aluno enfrenta o mundo com mais segurança e em condições mais favoráveis e a escola contribui para o desenvolvimento da auto-estima e da autoconfiança no enfrentamento do seu próprio contexto.

É nesse sentido, que junto à Linha de Políticas e Gestão da educação, a tese *Capoeira Angola e Dança Afro: contribuições para uma política de educação multicultural na Bahia* é instrumento de contribuição social, somando-se a algumas iniciativas conquistadas pelos movimentos sociais no Brasil e, recentemente, por algumas instâncias administrativas por via de decretos, resoluções e leis em benefício do povo negro, por melhores lugares e oportunidades, seja com vagas para o ingresso na Universidade, seja no mercado de trabalho, ou um currículo escolar que contemple e valorize as diferenças étnicas e culturais brasileiras.

O valor em estudar educação a partir da cultura local está em se desenvolver valorizando a realidade social, tanto na consciência e enfrentamento dos problemas, quanto em saber se valer de suas riquezas.

1.2.2 A VALIA DO FOCO CENTRAL: UMA QUESTÃO DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA UMA POSSÍVEL MOBILIDADE SOCIAL

O estado da Bahia é parte integrante de um projeto de sociedade nacional. Diferencia-se por possuir em seu território, uma expressiva população de descendentes de africanos que devido à escravização e colonização branco-européia entre os séculos XVII e XIX, organizaram-se em núcleos de resistência para continuidade de vida, costumes, práticas e proteção, tais como: Quilombos, Irmandades Religiosas, Sociedades Protetoras, Terreiros de Candomblé, Afoxés, Capoeira, dentre outros, mantendo um movimento de afirmação, busca de liberdade e ascensão.

Tal fenômeno acontece de forma diferenciada noutros estados brasileiros, conforme o potencial de mobilização que desenvolvem, porém, dialogando e criando estratégias para intercambiar experiências e conhecimentos, para expandir entidades e ações, o que também é compartilhado por países que compõem a diáspora. Mesmo assim, nos encontramos entre um abismo difícil de transpor, que nos separa da condição justa de cidadania.

A ideologia dominante inculca na sociedade que uma justificativa deste abismo se dá somente pela questão econômica e não racial. Tal lógica vem sendo derrubada por diversos estudos (RAMOS, 1935; NASCIMENTO, 1950; FERNANDES, 1989; MUNANGA, 1996, 2001; entre outros); todavia, a compreensão dos estudos acerca de *classes sociais* e *estratificação social* são imprescindíveis.

Stavenhagen (1994) diz que as análises dessas questões foram realizadas por sociólogos dos países ocidentais voltados para suas próprias sociedades e não para compreensão das sociedades não ocidentais e de países subdesenvolvidos, que, segundo o autor, é preciso estudos sistemáticos, o que não vem se dando.

Este autor destaca que os países industriais têm se limitado a verificá-lo num referencial industrial e urbano; é na literatura marxista que se encontra estudos de classes rurais.

Os estudos, em geral, definem *estratificação social* como “o processo mediante o qual os indivíduos, as famílias ou os grupos sociais são hierarquizados numa escala, uns escalões superiores e outros nos inferiores” (STAVENHAGEN, 1994, p. 281). Este conceito tem gerado polêmicas.

Segundo este autor, dentre algumas problemáticas que envolvem sua compreensão estão a que, “as estratificações são universais e representam a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade”, (DAVIS e MOORE, 1945, apud STAVENHAGEN, 1994, p. 281-282); outro localiza-se em estabelecer critérios da estratificação que “é o de delimitar o universo social em que tal ou qual estratificação é válida”; por fim, a dificuldade de “conhecer a unidade da estratificação: o indivíduo ou o grupo social”, (STAVENHAGEN, 1994, p. 283).

A literatura sociológica contemporânea sobre *classes sociais* define como “agrupamentos discretos hierarquizados num sistema de estratificação” (STAVENHAGEN, 1994, p. 283). Neste campo de investigação, os estudos sobre a *mobilidade social* são de importância, sendo esta “um movimento significativo na posição econômica, social e política de um indivíduo ou de um estrato” (MILLER, 1956, apud STAVENHAGEN, 1994, p. 285).

Reportando-me aos sujeitos da pesquisa, capoeiristas angoleiros e professores de dança afro, observando sua condição sob o ponto de vista da mobilidade social, digo que historicamente é constatado que o grupo social a que pertencem, ou seja, a de afrodescendentes, em geral, a mobilidade vem acontecendo de forma decrescente, porém, existe entre estes, a mobilidade ascendente, vista neste estudo através de depoimentos, que revelam pelo exercício de suas funções profissionais, principalmente, no campo artístico-cultural, o alcance de outro patamar e *status social*.

O autor Fernandes (1976), discorrendo sobre as classes sociais e a complexidade no estudo de tal categoria, a qual envolve, desde análises de questões rotineiras, quanto, comportamentos discrepantes, compreendê-los não é, somente, tratá-los em termos da sociologia como uma questão instrumental, mas escolher um método capaz de apreender os complexos fenômenos, porque “são formas concretas de integração das relações e atividades humanas”, e que

[...] a estandarização dos modos de ser, pensar e agir, nas classes sociais atinge limites que são determinados pela própria diferenciação interna das classes sociais. A este somam-se outros fatores de diferenciação do comportamento humano nas classes sociais, como os contactos com membros de outras classes sociais, movimentos de ascensão e descensão sociais (mobilidade social) e disposições psíquicas individuais. (FERNANDES, 1976, p. 75)

Por isso, certa da complexidade que envolve estudar as relações e os fenômenos humanos que são dinâmicos e atualizam-se, é com o propósito de contribuir para uma mobilidade social ascendente, incluindo afrodescendentes, é que enfoco a importância da educação nesse processo como instrumento de transformação social.

Partindo da premissa colocada, sou consciente de que o momento atual vem necessitando que administremos os espaços criados e conquistados no processo de luta, o que para tanto, é fundamental incentivar a formação de lideranças, buscando perspectivas, filosofias e práticas de organizações solidárias, cooperativas e mais justas, pois, nos caminhos para reversão deste cenário, está a mobilização de grupos, entidades, comunidades, que requer, estudos aprofundados de sua cultura, para com isso, ampliarem-se conhecimentos para própria defesa e argumentação na sociedade ampla e restrita.

Tais questões abordadas, para serem enfrentadas, requerem uma participação representativa para se reivindicar junto aos poderes públicos, o direito ao espaço, seja ele físico, social, político, ético, entre outros. Todavia, é uma nova etapa, pois as experiências bem sucedidas vêm servindo de lições e referência para a continuidade do processo, em que, é possível transformar a realidade, portanto, é com essa base e fundamentação que concebo política.

Isso é para se chegar à compreensão da problemática em relação ao objeto de investigação deste estudo, cujo foco central que norteia a argumentação da tese, verifica

como os conteúdos e os profissionais que trabalham com manifestações de expressividade corporal afro-baianas, a Capoeira Angola e a Dança Afro podem ser incorporadas a sistema e programas de ensino em escolas e universidades na perspectiva de contribuírem para uma Educação Multicultural?

O que para tanto, levanto alguns pressupostos que antecedem resultados encontrados, ou seja:

a) Historicamente, as reformas de ensino, as leis e as ações pedagógicas implementadas no sistema escolar têm-se mostrado insuficientes para permitir acesso e permanência de afrodescendentes na escola, devido mecanismos e currículo, reproduzir a estrutura social hierarquizada, por isso, são necessárias de forma urgente, implementações de ações afirmativas e políticas públicas para reverter essa situação.

b) Para garantir uma mobilidade social de crescimento a professores afrodescendentes, que atuam no ensino da *Capoeira Angola* e *Dança Afro* em Salvador, é necessário criar e intensificar ações conjuntas entre instituições educacionais, poder público e movimento social. Fazer cumprir as leis, ampliar políticas no setor da educação e cultura, instituir cotas para acesso e permanência destes, em escolas formais, universidades.

c) A falta de conhecimento das leis públicas e da própria *Constituição Federal* pela população em geral, inviabiliza a utilização desta, como instrumento de direito e reivindicações, por isso as escolas, as instituições culturais, os movimentos sociais, estudiosos comprometidos, precisam divulgar entre a sociedade, tal instrumento de proteção e defesa.

Diante dessas constatações e pressupostos é que levanto junto a professores de Danças Étnicas Afro-baianas, probabilidades de construção de uma política educacional multicultural na perspectiva da educação libertadora e democrática, que reconheça esse patrimônio cultural e seus autores para desenvolvimento de conteúdos, estratégias e metodologias nas escolas do nosso meio social.

1.3 A VALIA DA MINHA, TUA, NOSSA FALA NA TRAMA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A literatura escolhida para fundamentar de forma teórica e metodológica a tese busca manter uma coerência frente a uma postura e opção paradigmática ainda em construção. Retiro das práticas sociais e cotidianas de um determinado grupo social, elementos para subsidiar uma teoria científica, identificada como *perspectiva multicultural* na educação brasileira que, para isso, as vozes entrelaçadas no desenrolar do texto, dos autores sociais e dos autores literários, têm o mesmo peso, aí está a valia.

Concebo *Danças Étnicas Afro-baianas* como expressões da linguagem corporal afro-brasileira, vistas na dimensão do sagrado, do lúdico, do político-organizativo, das manifestações populares, do trabalho social e na recriação do sagrado para o didático. Nesses contextos, existe uma base comum que define uma identidade própria, sentida no ritmo, na postura, nos gestos, nos movimentos corporais, na mensagem transmitida que está presente na cotidianidade baiana, onde o maior portador dessa ação artístico-histórica é o descendente afro-brasileiro, articulado a núcleos civilizatórios de origem.

Nesse sentido, observo que nos processos educativos e pedagógicos visto tanto na dimensão do candomblé quanto no ensino recriado por professores de Dança Afro em Salvador, assim como nas escolas e academias tradicionais de *Capoeira Angola*, constata-se a presença marcante de uma identidade negra calcada nos valores das civilizações africanas transportadas para o Brasil; por isso, quando uma pessoa opta pela formação através da *Capoeira Angola*, por exemplo, está consciente de que vem buscar conteúdos que são mantidos como relíquias pelos mestres que cuidam da preservação de rituais, costumes e práticas.

De forma aprofundada, Siqueira (1998), em seus estudos sobre o Candomblé enquanto um espaço de liberdade, identidade e cidadania, aborda a importância dos rituais que fazem parte do cotidiano da cidade de Salvador, além das festas e lavagens, onde faço uma correlação com o ritual da *Capoeira Angola*, no aspecto fundamental cuja “dimensão cultural em sentido profundo representa um âmago sobre o qual se constroem processos de formação de pessoas e novas formas de organização social, e novos modos de saber e de viver em sociedade”(SIQUEIRA, 1998, p. 415). Desse modo, esses vínculos de identidade se constroem a partir de especificidades traduzidas de forma consciente ou inconsciente, política e ideológica, de uma luta de resistência e recriações que se dá na prática dos sujeitos sociais para se fazerem vivos e presentes no meio social.

Os estudos referentes à *Capoeira Angola* são escassos, situação justificada por vários fatores, sendo que o preconceito e a desvalorização pelas ciências sociais e humanas por temáticas sobre história e cultura do povo negro, ainda são o mais evidente na nossa sociedade.

Outro, vem da ausência ou pouca escolarização através do ensino formal de sujeitos pertencentes a esse grupo social, o que dificulta realizarem registros de seus conhecimentos de forma escrita e divulgá-los.

Pelo fato do modo de expressão dessa cultura se dá, em predominância, pelo diálogo corporal apoiado por simbologias musicais, verbais, posturais, coreográficas, entre outras, apreendidas pela observação e prática, para desenvolvimento de uma percepção e aplicação técnica, a escrita não tem valor fundamental dentro deste fazer, todavia, em virtude do valor social e *status* pela escolarização formal em nossa sociedade ser um forte mecanismo para uma ascensão e acessos, esses grupos ainda precisam recorrer à busca desta outra forma de educação para afirmação de um lugar social.

Mesmo com essas dificuldades, encontram-se obras realizadas por mestres angoleiros, (NORONHA, 1993; PASTINHA, 1964; CRUZ, 2001; SILVA, 2003; VIRGÍLIO, 2004); outras, por estudiosos da cultura africano-brasileira (RAMOS, 1935; REGO, 1968) e recentemente, a produção de algumas teses de Mestrado e Doutorado de pesquisadores de outros estados brasileiros e da Bahia, geralmente, vinculados a núcleos de Capoeira Angola que representam uma significativa contribuição para a memória e conhecimento desta expressão cultural (LIMA, 1991; LIMA, 2002; CASTRO JR, 2002; ABIB, 2004; OLIVEIRA, 2005), entre outros.

O livro *Capoeira Angola* de Vicente Ferreira Pastinha, publicado em 1964, traz breves registros sobre a origem e nascimento de Mestre Pastinha, nome de seus discípulos, aspectos referentes à procedência e fundamentos da *Capoeira Angola*. O autor diz: "neste modesto trabalho nossa intenção é dar uma visão panorâmica de Capoeira Angola, citando seus principais golpes e ilustrando-os com uma foto, sem entrar em minúcias, estas e a dinâmica de cada golpe ficarão a cargo de um professor habilitado". (PASTINHA, 1964, p. 38).

O autor explica a denominação atribuída a esta arte, "o nome da Capoeira Angola é consequência de terem sido os escravos angolanos, na Bahia, os que mais se destacaram na sua prática" (PASTINHA, 1964, p. 29).

Em 1993 é publicado o *ABC da Capoeira Angola: os manuscritos do Mestre Noronha*, de Daniel Coutinho, conhecido no meio da *Capoeira Angola* na Bahia, como Mestre Noronha. A organização desta obra é do pesquisador baiano, Frede Abreu, que conta que em 27 de novembro de 1980, a esposa do mestre lhe entregou registros manuscritos e iconográficos do seu marido que já havia falecido desde 17 de novembro de 1977. Frede, então, fez a compra dos originais e mais tarde, publicou-os. Nos manuscritos, Mestre Noronha expressava seu desejo:

este livro que vou lançar em praça tem toda malícia que o mundo deve saber o que é uma luta de grande valor que o mundo quer tapitar o seu fundamento[...] Estou escrevendo este livro da Capoeira Angola toda esta tradição da Bahia e os festejos. Estar escrito neste livro que muito capoeirista de ontem não sabe espreitar porque não apri deu nada. Porque pode ser professor de academia este é o maior erro deste falso professor desta academia um aluno de capoeira aprender jogar capoeira com uma semana o que este aluno aprendeu para ser professor de academia. (NORONHA, 1993, p. 19-48).

A riqueza desta obra está na escrita em manuscrito do autor que foi mantida e traz a linguagem de sua cultura e as expressões dos costumes de sua época, além deste, explicitar o valor da *Capoeira Angola* e de seus fundamentos, também relatos dos conflitos e violência sofrida pelos negros capoeiristas com a polícia e o estado, e a luta destes, para sobreviverem, utilizando-se de sua arma de defesa pessoal, a Capoeira Angola.

O nome dos grandes capoeiristas, "os bambas" de determinadas épocas e suas localidades de atuação é identificada por Noronha. Vê-se também, as consequências do projeto de modernização do estado e os impactos nos costumes e práticas desta arte. Ao final do livro, no item "em tempo", encontra-se a análise sensível e criteriosa de Frede Abreu, destacando a relevância de cada pensamento, cada fato, cada história deixada por Daniel Coutinho, o Mestre Noronha.

Outra significativa contribuição foi a organização do *Caderno-albo* que contém os manuscritos e desenhos de Mestre Pastinha, que pretendia publicá-los. O livro é organizado pelo mestre Decânio, Ângelo Decânio Filho, capoeirista regional formado pelo Mestre Bimba.

Mestre Decânio conta pela obra que o mestre Pastinha ia entregar em 21 de dezembro de 1960 os manuscritos ao sr. Wilson Lins para que escrevesse o texto para posteriormente ser ilustrado por Caribé, Pastinha não conseguiu realizar esse desejo. Tem-se acesso a este material por meio eletrônico. Ressalto que é um documento de significativo valor histórico e cultural. A partir desses manuscritos, Mestre Decânio, produziu *A Herança de Mestre Pastinha* (1997).

O livro *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico* de Waldeloir Rego, publicado em 1968, em Salvador-Bahia, acredito ser a obra mais referendada nos estudos de capoeira, realizados posterior a esta data, seja por quem escreveu sobre o histórico, sobre *Capoeira Angola*, *Capoeira Regional*, ou diferentes temas.

Seu valor está na capacidade e sensibilidade do autor em fazer a etnografia do que via e percebia em relação ao cotidiano da *Capoeira Angola*, seja na disputa pelo espaço, pelo poder, a divergência ou camaradagem entre os capoeiristas, a indumentária utilizada, nomes representativos da época, músicas que mais tocavam, apelidos; e outro aspecto que destaco é o referencial de fundamentação teórica que já incorporava autores que estudavam a cultura afro-brasileira de forma crítica, como também os de visão conservadora, além de autores estrangeiros. Incluísse à obra, desenhos do artista plástico Caribé, onde sua produção maior foi retratar a cultura baiana, no universo da capoeira, do candomblé, dos tipos humanos. Por este ter conhecimento prático desta arte, desenvolveu um estilo de rica plasticidade e movimento ao desenhá-la e pintá-la.

Os estudos científicos estão sendo produzidos ainda de forma restrita na atualidade. A dissertação da atriz baiana e capoeirista angoleira Evani Tavares Lima (2002), intitulada *Capoeira Angola como treinamento para o ator*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da UFBA, apresenta uma rica abordagem sobre possibilidades da aplicação da Capoeira Angola em processos e técnicas criativas na área artística e educacional, dentre suas reflexões, ela diz que

O fato de ser a capoeira um objeto dinâmico, portanto em constante construção e aberto a contribuições subjetivas de todos que com ela interagem, concorre bastante para a existência de variantes que, no entanto, pelo que se observa, não deve perder de vista o seu eixo principal, a referência primeira, sob pena de não ser legitimada pelo seu meio. [...] Deste modo, será considerado como: *angola*, estilo declaradamente inspirado na estética e filosofia de mestre Pastinha; *regional*, estilo inspirado na estética e filosofia de mestre Bimba; e contemporânea, como um espaço de confluência dos novos estilos: tanto para os que optaram por mesclar as duas referências estéticas, tanto para os que não tomam como referência nenhuma dos dois estilos, tendo optado pela chamada, terceira via. (LIMA, 2002, p. 48-49)

O capoeirista angoleiro e professor de Educação Física, Luís Vitor Castro Júnior, a partir de sua dissertação desenvolvida no Mestrado em Educação da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, (2002), em convênio com a Université du Québec a Chicoutimi, intitulada, *A pedagogia da capoeira: Olhares (ou toques?) cruzados de velhos Mestres e de Professores de Educação Física*, pesquisou a Capoeira como meio de Educação numa perspectiva histórica, cultural e dialética, buscando envolver a comunidade capoeirística e os professores de Educação Física

no intuito de aproximar a relação entre os dois tipos de saberes, de origens heterogêneas. O autor aponta como intenção do estudo a produção de uma teoria democrática, materializada através de uma prática social de inclusão entre sujeitos a partir de uma singularidade que representa aspectos cruciais da totalidade social, ou seja, uma teoria transformadora.

Como resultado da tese de doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP, o professor de Educação Física, capoeirista angoleiro, Pedro Abib, lança seu livro *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda* (2004), dizendo que seu trabalho é na direção de “ampliar e aprofundar as possibilidades desse diálogo entre saberes de diferentes tradições - a academia e a popular -, como uma premente necessidade das abordagens que incluem os temas relacionados à educação em nosso país”, (ABIB, 2004, p.23).

Defendida na PUC-São Paulo, na Faculdade de Psicologia a dissertação *Capoeira Angola. Lição de vida na civilização brasileira* foi desenvolvida por Lima em 1991.

O contramestre angoleiro Josivaldo Oliveira, mestre em História Social pela UFBA, professor universitário, coordenador do Malungo- Centro de Capoeira Angola no município de Cachoeira, publica em 2005, o livro *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*, a partir do seu mestrado, mostra as mudanças que se deram a partir da década de 30 do século passado, incidindo num impacto no mundo e prática da capoeiragem na Bahia, entre a sobrevivência e a resistência dos capoeiras nas ruas.

Os estudos voltados para a Dança Afro encontram-se em condições de maior precariedade, comparados à Capoeira Angola, inclusive no âmbito acadêmico. Devido meu estudo de Mestrado em Educação, em que levantei referências existentes sobre esta temática nas entrelinhas de autores de diferentes áreas (RAMOS, 1954; RODRIGUES, 1988; SODRÉ, 1979) e especificamente, o trabalho da professora e coreógrafa Nadir Nóbrega, *Dança Afro: sincretismo de movimentos*, (1991); ressaltando que

há quem afirme que a dança dos Orixá, Voduns e Inkisi seja a base da Dança Afro. Porém essa afirmação é fruto do esquecimento ou desconhecimento da existência de outras danças criadas por negros católicos (Moçambique), por negros escravos (Capoeira), negros e índios (caboclinhos), assim como negros e brancos. [...] Os movimentos desenvolvidos, executados ainda hoje são: misturas de Dança Moderna e Clássica, dança dos Orixás, danças Folclóricas

Afro-brasileiras e até mesmo dos Balés do Senegal e de Angola.
(NÓBREGA, 1991, p. 17-19)

Já passados nove anos da produção da minha dissertação, desconheço outros trabalhos realizados sobre Dança Afro nesta cidade no âmbito acadêmico, o que aumenta a responsabilidade em prosseguir.

A trama teórica deste trabalho articula educação, dança étnica e políticas públicas, o que é imprescindível evidenciar seu conceito.

A partir de Frischeisen (2000), entende-se que a gênese de uma *política pública* é a insatisfação da sociedade, as necessidades de grupos humanos que buscam soluções, encaminhamentos através do gerenciamento pelo poder político, seja em forma de mandato ou em tempo necessário para realizações.

Esta autora diz que *política* é “estratégia de agrupamentos humanos para a consecução de determinadas finalidades”; a partir dessa definição, relembro a própria origem da palavra em latim *polis*, significando cidade, lugar de convivência de agrupamentos humanos.

Chamou-me a atenção, outra observação, quando esta diz que o objeto político teoricamente constituído é uma convenção social que não necessariamente parte de uma legislação oficial, mas origina-se de ações civis públicas e se necessário for, incorporadas legalmente pelo poder governamental.

Boaventura (2002) discute questões do contexto educacional brasileiro, chamando a atenção para o antagonismo entre a Constituição e a realidade, dizendo que o progresso conquistado ao longo desses anos foi reconhecendo direito social. O direito à educação é uma contribuição curta e marcante da Constituição de 1934. O país visto em seu conjunto é marcado pela desigualdade social. Reportando-se a Pontes de Miranda, diz que educação somente pode ser direito, se houver escolas em número suficiente e se ninguém estiver excluído delas.

Diante dessa afirmação, vejo que no Brasil esse direito, que é imprescindível para qualquer nacionalidade, está por ser atribuído, as contradições permite colocá-lo em 12º país em economia mundial e 76º em analfabetismo.(BOAVENTURA, 2002).

Os estudos de Henriques (2001, p. 1-2) confirmam que

o Brasil, tanto em termos absolutos como relativos, não pode ser considerado um país pobre, mas deve ser reconhecido como um país extremamente injusto. E essa injustiça social encontra-se na origem do enorme contingente de pobres em nossa sociedade [...]. O entendimento dos contornos econômicos e sociais da desigualdade entre brasileiros brancos e brasileiros afrodescendentes apresenta-se como elemento central para se construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente.

Santos (2000, p. 29), um dos pensadores brasileiros mais respeitados, faz uma reflexão do mundo atual dizendo:

[...] nesta nova época dita de globalização não há propriamente um mercado global, embora o vejamos assim nomeado nos jornais. A inteligência dita global fica com as instituições internacionais – Nações Unidas, Banco Mundial, FMI, igrejas globais –, mas que tampouco são completamente globais [...]. Eles escolhem as frações do mundo em que desejam atuar e as fragmentam ainda mais. Isso pouco lhes importa. O que significa que os atores que movem o chamado mundo globalizado, de um lado, não são globais, e, de outro lado, são cegos. Cegos para o que está em torno deles, porque a ação das firmas multinacionais e internacionais é indiferente aos contextos em que se inserem, pouco se incomodam com o resultado da sua presença para o que está ao redor. Só pensam em si próprias.

A imposição de novas ordens político-econômicas e ideológicas dos países ricos para os países “pobres” ou com injusta distribuição de renda, como é o caso do Brasil, vem requerendo de nós uma capacidade sobrehumana para encontrarmos brechas e saídas da situação e dilema - acreditar na conquista da independência, permanecer condenado à dependência ou na tensão entre essas duas.

Já Santos² (2001) comenta sobre o conceito de Estado de *Bem-Estar Social* e *Política Social*, chamando a atenção que num contexto capitalista, estes conceitos têm significados diferentes, o primeiro é quando

[...] a finalidade social para a qual se converge todos os esforços do processo de desenvolvimento, sendo este monitorado para um projeto de nação, que numa expressão técnica é o planejamento da sociedade em relação ao seu futuro, onde este seria um estágio

² Reginaldo Souza Santos é professor da Faculdade de Administração da UFBA, organizador do livro *Políticas Sociais e Transição Democrática: Análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal*. 2001

final do esforço material da sociedade no qual as diferenças econômicas deveriam estar eliminadas.

Conforme sublinha Kelnes no artigo *As possibilidades Econômicas de nossos netos* de 1930, onde afirma que *Política Social*

serve de base legitimadora do poder político, mas preservando os interesses do capital; [...] é uma entre tantas outras políticas que conformam o espaço da produção social, portanto da dinâmica capitalista, e quase sempre dentro da funcionalidade para a expansão do capital. Esta natureza de política é uma das últimas a ser implementada, visto que significa demasiada importância ao aspecto distributivo.

Diante dessas análises, resta-me concluir que política social só é estruturada no instante em que o capitalismo necessita incorporar novas fronteiras para a sua expansão; com isso, percebe-se que neste tipo de sistema, o interesse é para o favorecimento dos grupos que detêm o poder econômico e político, restando aos demais, a manutenção desse tipo de estrutura.

O modelo econômico capitalista vem gerando situação de difícil reversão para os chamados "países em desenvolvimento", como a má distribuição de renda, dívidas interna e externa, privatizações de instituições públicas, mudança de valores nos comportamentos humanos. a exemplo do individualismo e competitividade em vez da coletividade, solidariedade, então, o que vem sendo adotado como "políticas públicas" no contexto brasileiro, são medidas paliativas de caráter assistencialista. Acredito que para uma efetiva mudança, todas as necessidades básicas devem ser resolvidas ao mesmo tempo, alimentação, habitação, saúde, emprego, educação, lazer e a desconstrução do mito da democracia racial e social em nossa sociedade.

Nesse contexto, as reflexões de Santos (2003, p. 74) constataam que

[...] As chamadas políticas públicas, quando existentes, não podem substituir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômica, territorial, etc). Não se trata, pois, de deixar nos níveis inferiores de governo – municípios, estados – a busca de políticas compensatórias para aliviar as consequências da pobreza, enquanto, ao nível federal, as ações mais dinâmicas estão orientadas cada vez mais para a produção da pobreza. O desejável seria que, a partir da visão de conjunto, houvesse redistribuição dos poderes e de recursos entre diversas esferas político-administrativas do poder, assim como redistribuição de prerrogativas e tarefas entre as diversas esferas entre as diversas escalas territoriais, até mesmo com a reformulação da federação.

Portanto, a falta de políticas sociais que dêem conta dos problemas que perduram, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, reflete-se também no desenrolar da escolarização, por isso, a luta por reparação e conquista de dignidade na sociedade continua, uma vez que as formas de ação têm se ampliado e um dos instrumentos possíveis de permitir mudanças é o caminho da *educação*, já que ela

[...] ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo [...]. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram
{ GOHN, 1999, p.16-17).

A professora Marie-Dominique Perrot do Institut Universitaire d'Etude du Développement, Genebra, estudiosa em relações interculturais e crítica à modernidade, chama a atenção para o que hoje, se tem denominado "desenvolvimento", uma relação social de dominação que vem gerando uma crise, não só no Terceiro Mundo, mas em países altamente industrializados, e isso tem que ser questionado.

Afirma que o momento é o de passar de uma educação para o desenvolvimento a uma educação intercultural, porém, para se atingir outra visão, será necessária uma empreitada.

A sua concepção de *educação intercultural* é aquela que parte do caminho de uma pedagogia da identidade e da diferença que

[...] consiste em tomar emprestado o olhar do outro a fim de obter uma visão de si mesmo descentrada, insólita, crítica e, sobretudo nova [...] trata-se de se deixar ensinar por sua própria matriz cultural e suas variantes inventadas pela história, através da confrontação com que coloca questões.
(PERROT, 1994, p. 200)

Para tanto, Perrot continua afirmando que essa "pedagogia" que não significa traduzir-se em "soluções" simplesmente, exige que:

[...] para compreender-se a si mesmo, é necessário ter acesso ao outro, acesso que sempre será relativo e limitado. Nesta confrontação se aprende que não somente o outro difere de nós, mas que nós diferimos juntos um do outro e que é nessa exploração das diferenças que cada um se

descentra de seu próprio universo e se re-centra numa identidade renovada, enriquecida pelo contato. (PERROT, 1994, p. 207)

É a partir do respeito pelos diversos grupamentos étnicos, formador da nação, que se tenta estabelecer um diálogo e um caminhar, compartilhando elementos de uma referência cultural e de outra, significando uma soma, de modo que ninguém fique em desvantagem, isso já representa um importante passo para as mudanças.

A discussão teórica no Brasil na área da Educação Intercultural e Multiculturalismo é recente, inclusive, absorvendo a literatura produzida pelos norte-americanos, apesar de que, desde os anos 70 em nosso território, importantes pesquisadores como Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, entre outros, já enfatizavam a urgência de estudos em educação voltados para as etnias, o combate ao racismo e discriminação, a valorização de saberes das referências culturais tradicionais em nosso território.

Dentre os estudos contemporâneos sobre a temática afro-brasileira, produzidas por afrodescendentes, o que revela uma outra perspectiva no olhar à contribuição do povo negro e sua cultura na formação de nossa sociedade, constituem-se referências significativas nesta pesquisa, por isso, estão entrelaçadas em todo o texto.



Figura 15.
Contribuições da banca examinadora de qualificação, composta pelos professores: Dr^a Maria de Lourdes Siqueira (UFBA), Dr. Edivaldo Boaventura (UFBA) e Dr. Kabengele Munanga (USP), em 15 de maio de 2004



Figura 16. Recepção oferecida pelo professor Edivaldo Boaventura ao professor Kabengele Munanga pela sua vinda a Salvador-Bahia em 14 de maio de 2004. Pela ocasião, reuniram-se pesquisadores como: Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Maria Durvalina Santos, Sandra Bispo, Amélia Conrado, entre outros. Arquivo Amélia Conrado

A obra *O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação da criança negra em Salvador*, organizada por Boaventura e Silva (2004), que se origina do que a professora Eugênia Lúcia Viana Nery, aluna da primeira turma de doutorado do PPGE-UFBA, deixou através de seu projeto que não chegou à defesa da tese, em virtude de sua partida para o Orum em 1995, o que levou seu orientador, o professor Edivaldo Boaventura, publicar os documentos produzidos até ali.

Nery questionava o ensino na escola formal diante de outras formas de educação mais próximas da maneira de viver e proceder da criança negra em Salvador, que era o sujeito central de suas preocupações, como o que se aprende junto aos terreiros, às quadras de ensaios de Blocos Afro e nas rodas de capoeira.

Frente a isso, percebe seu orientador, “terreiro, quadra e roda, são espaços, distritos, ambientes e modalidades e outras formas de educar com fundamentação cultural mais interativa”, (BOAVENTURA, 2004, p. 12). Além dessa

constatação, este diz que a contribuição desta proposta “enriqueceu a vertente tematizante da identidade ou da diferença negra relacionada com a educação”.

Por este motivo, defendo como conteúdo curricular escolar, elementos da riqueza e formas educativas presentes no universo da capoeira, das danças, dos saberes mitológicos das tradições afro-brasileiras e de outras culturas que constituem nossa matriz civilizatória, sendo assim uma soma e multiplicação de conhecimentos nas diferenças.

Somando-se às idéias de Eugênia Lúcia, 15 estudiosos³, que se dedicam à temática da educação pluriétnica e pluricultural, entrelaçam proposições que convergem com o que ela argumentava.

Voltando-se à compreensão de política de ação afirmativa, encontro em d'Adesky, na sua obra *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil* (2001), uma explicação:

[...] é interessante observar que a questão da política de tratamento preferencial ou de ação afirmativa tomou, após 1995, forte impulso nos debates dos militantes negros no Brasil. Usada há cerca de 30 anos nos estados Unidos, a chamada ação afirmativa tomou vulto principalmente nas grandes empresas e nas universidades, nas quais um sistema de cotas tentou corrigir as desigualdades que o racismo e a segregação infligiram às minorias, especialmente aos negros. Atualmente, a política de tratamento preferencial é cada vez mais contestada com base no direito fundamental de igualdade de todos os cidadãos. (d'ADESKY, 2001, p. 206)

O artigo *Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação*, de Silva (2003), leva-me a compreender a trajetória que esta discussão tanto nas Américas, quanto na Europa, segundo o autor, traz conotações diferenciadas, a partir de novos contextos socioculturais que se constituem, ele afirma:

[...] resgatar a trajetória do termo *multiculturalismo* remete a pensadores clássicos como Tocquville (1805-1859), que lançou as bases para a compreensão do pluralismo cultural e político presente na formação da sociedade norte-americana. (SILVA, 2003, p.18)

³ Dentre os participantes da coletânea estão, Edivaldo Boaventura, Maria Stella Azevedo, Vanda Machado, Carlos Petrovich, Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Delcele M. Queiroz, João Pereira Leite, Amélia V. S. Conrado, Kabengele Munanga, Elias Lins Guimarães, Clélia Néri Côrtes, Joseania Freitas, Sandra Maria Bispo, Narcimária Luz.

E também, às lutas contra o racismo, instauradas pelos negros norte-americanos, até pouco tempo atrás.

Apesar dos norte-americanos terem como base de sua sociedade a democracia, segregou e exterminou o diferente, o não-anglo-saxão cristão, a legislação proibia, até 1966, ou seja, há 40 anos atrás, casamentos inter-raciais, como chama a atenção o historiador e antropólogo Emmanuel Todd (1996, p.57), citado por SILVA(2003, p. 20), explicando melhor que

o multiculturalismo originalmente foi concebido nos Estados Unidos da América, preconizava que as diversas culturas existentes no interior do território norte-americano seriam *assimiladas* pela cultura dominante. Pautadas nessa compreensão, foram implantadas diversas políticas para levar a cabo essa visão *assimilacionista*, entre elas a chamada *educação compensatória*, traduzida em programas de reforço escolar para crianças, filhos de imigrantes, que não dominavam ou não tinham o conhecimento satisfatório da língua e da cultura tradicional americana.

Este ressalta que no ano de 1965, várias políticas visando à justiça social e à igualdade para negros no mercado de trabalho, na educação e saúde foram aprovadas, podendo ser considerado este ano, um marco no processo de implantação de ações afirmativas. Além dos negros, outros segmentos da sociedade que se encontravam à margem do sistema educacional e econômico foram beneficiados.

O conhecimento dessas experiências em contextos diferentes é fundamental para avaliar o cenário brasileiro, que até a atualidade, o poder público pouco tem feito para melhorar a condição de sua população.

No debate da questão de que estou tratando, diversas proposições conceituais vêm sendo apresentadas e redefinidas diante dos contextos em que buscam incorporar, não só a discussão, mas fundamentos para a tomada de consciência e ação, assim, as análises construídas por d'Adesky (2001) oferecem uma argumentação consistente, diante dos diversos fatores que justificam políticas públicas e ações afirmativas para grupos que sofrem com o racismo, a depreciação, a desqualificação, como enfatiza o autor:

[...] as idéias multiculturais voltam-se para a tolerância recíproca entre as culturas, recusando a imposição de cultura dominante. É

nesse sentido que o multiculturalismo não se abstém da comunicação e do diálogo. Ele não escolhe entre o universal e o particular, o individual e o coletivo. Ele não exclui nenhum desses princípios.[...] Em termos da pessoa humana, o multiculturalismo possibilita que o indivíduo venha a se identificar segundo seus próprios critérios, de forma que possa ser reconhecido pelo que é, sem ser obrigado a se fazer passar pelo que não é. (D'ADESKY, 2001, p.236).

As análises que d'Adesky proporciona através da sua obra para se compreender pluralismo étnico e o multiculturalismo, leva-me a posicionar a favor do tratamento preferencial e da ação afirmativa como possibilidade de mudanças em nosso meio, porém, acredito que somente uma revolução pode levar a se constituir uma nova forma de vida humanitária, de existência e de valores no século XXI.

Junto a essas afirmações, a obra *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional de Igualdade: (o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)*, de Gomes (2001)⁴, trata das ações afirmativas sob o ponto de vista do Direito Constitucional, relatando, inclusive, as decisões de julgamentos pela Corte Suprema dos Estados Unidos, diante de vários casos referentes à questão.

No prefácio da obra, as palavras de Celso Mello (2001) dizem que “não existe uma real igualdade jurídica quando há uma desigualdade de fato. A ação afirmativa visa a corrigir distorção”, então, a gênese no nível do direito da ação afirmativa foi nos Estados Unidos, inicialmente definida e implantada diferentemente de como acontece nos dias de hoje, sendo que,

[...] atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade, o acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. [...] Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido - o da

⁴ O autor desta densa obra é Doutor em Direito Público pela Universidade de Paris – II (Panthéon-Assas). Professor da Faculdade de Direito da UERJ e é o primeiro negro a ser convidado a assumir um cargo de confiança e liderança no Supremo Tribunal Federal em Brasília, no atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2001, p. 40-41)

Para tanto, Gomes (2001) comenta que a base filosófico-constitucional das ações afirmativas buscam destacar a diferença entre *justiça distributiva versus justiça compensatória* e o *multiculturalismo*.

Este explica que a justiça compensatória é anterior às demais teorias explicativas e fundamentadoras das ações afirmativas, estando aí, o argumento central que se pauta nas necessidades que historicamente as sociedades que adotam políticas de subjugação a vários grupos ou categorias de pessoas por outras, de corrigir os efeitos perversos da discriminação passada; assim, ao adotarem os programas de preferência em prol de certos grupos sociais marginalizados no processo histórico, essas sociedades estariam promovendo, no presente, uma “reparação” ou “compensação” pela injustiça cometida no passado aos antepassados das pessoas pertencentes a esses grupos sociais.

O autor diz que esta justificativa filosófica é a adotada para grande número de programas de ação afirmativa presentes nos diversos países que adotam esse tipo de política social, inclusive nos EUA; todavia, é uma concepção aonde se observa falhas.

É com base neste diálogo teórico-conceitual que se alicerça a resposta da questão central que norteia a trama do objeto que valoriza concepções vindas de setores e áreas diferentes que falam e desafiam na tessitura desta e de outras tramas, por isso, os caminhos metodológicos traçados foram na perspectiva da abordagem qualitativa, porque aprecia o ser e o fazer de cada coisa.

1.3.1 TRACEI CAMINHOS PELO QUALITATIVO PORQUE APRECIA O MODO DE SER DE CADA COISA

O autor Triviños (1990), comentando a dificuldade em conceituar a pesquisa qualitativa, diz que esta surgiu na Antropologia, uma vez que profissionais dessa área pesquisam a vida dos povos e, em determinadas circunstâncias, não pode ser tratada de forma quantificável; depois, esta abordagem foi se desenvolvendo pelos sociólogos, a partir de seus estudos sobre a vida em

comunidade e por volta dos anos 70, na América Latina, por educadores que estudam o comportamento humano no contexto.

Manifesta, então, o autor que “o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva, será dado pelo referencial teórico no qual, se apóie o pesquisador” (TRIVIÑOS, 1990, p. 125).

Pelo fato de entender que a *abordagem qualitativa* aprecia o modo de ser de cada coisa, porque “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos...” (MINAYO, 1994, p. 22), é que, para melhor olhar, refletir-agir e sustentar a problemática deste estudo, escolhi, como espaços de pesquisa, observação e ação, um núcleo de Capoeira Angola e um núcleo de Dança Afro-baiana que se situam na cidade de Salvador, estado da Bahia.

A convivência e a participação junto à Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió (ECAIG) e do Bloco Afro Ilê Aiyê, permitiu elegê-los como campo singular de estudo, dada sua importância e representatividade.

A minha inserção como sujeito participante, comprometida na busca de melhoria e transformação da sociedade, é o motivo principal para eleger essas escolas, como referência de investigação, porque elas direcionam seus projetos e ações para uma determinada coletividade, oferecendo uma forma de educação mais interativa.

Por isso, minha relação com a ECAIG e o Ilê Aiyê são mediadas por trocas de conhecimentos, estudos, trabalhos, culturas, respeito, afetividade e cumplicidade. A permissão para entrar nesses espaços e construir juntos, produtos simbólicos, que neste caso, é esta tese, acontece pela confiança em quem reconhece as relíquias de nossa cultura que são saberes emergidos das experiências ali vividas.

Os aspectos relevantes observados e tratados junto às dificuldades e contradições surgidas no processo de análise e construção da tese, que no conjunto de seus argumentos, pretende evidenciar para outros focos no fazer e ser escola, instiga uma reação, que para tanto, inicia pela redefinição de identidade pessoal e coletiva, um descobrir-se de *origem*, de *participação* e de lugar de *ocupação*..

Portanto, esse produto científico é o retorno à sociedade e às instituições de referência de análises, daquilo que é *difícil de se ver a olho nu* pela complexidade

da dinâmica social e dos mecanismos ideológicos que tornam invisíveis outras referências culturais que, mesmo assim, brotam de entrelugares os sinais de transformações positivas.

Mais uma vez, ressalto a urgência de uma *revolução pedagógica*, pois as teorias têm avançado, mas a aplicabilidade tem sido um desafio e um conflito.

Deste modo, pretendo com as experiências tratadas aqui, contribuir no fortalecimento e afirmação do paradigma multicultural na educação brasileira, que vem sendo conhecido, redefinido e discutido com rigor por educadores comprometidos com a equidade entre os sujeitos e suas culturas que constituem a sociedade brasileira.

A dificuldade na busca do suporte teórico-metodológico para fundamentação está em não trazer teorias e abordagens, que não dêem conta da leitura dessas realidades.

Pode acontecer de existirem discussões mesmo em processo, mas consonante aos princípios e crenças dos quais compartilho, servirem de suporte à teoria educacional que optei para sustentação da tese, que acolhe o pensamento pedagógico do "Terceiro Mundo", construído pelos países ex-colonizados, destacando os da América Latina e da África e o pensamento pedagógico brasileiro como aborda Gadotti (2002), incorporando contribuições de outros teóricos além dos que ele se referiu.

O caminho da pesquisa e da construção da tese se deu pela apropriação de recursos e procedimentos metodológicos da pesquisa participante (BRANDÃO, 1986); da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1981; 1980) e da etnometodologia (COULON, 1995), porque servem para apreensão de fenômenos sociais oriundos de questões e de sujeitos que pouco são tratados pela ciência de modo geral, motivo de minha afinidade e opção.

Brandão (1986) explica que a base de estudo da sua obra partiu de experiências junto à Pastoral da Igreja Católica; em especial no Brasil, cruzou-se com a prática popular dos movimentos de bairros periféricos, de operários e de camponeses e isso é o que tem de pioneiro na Pesquisa Participante, também, apresenta obras e autores com propostas próximas à sua como Thiollent (1981; 1980); Borda (1972); entre outros. Borda (1986, p. 43, apud HUYNH, 1979), diz que *pesquisa participante* é "pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo", é por esse motivo que conhecendo profundamente as necessidades e

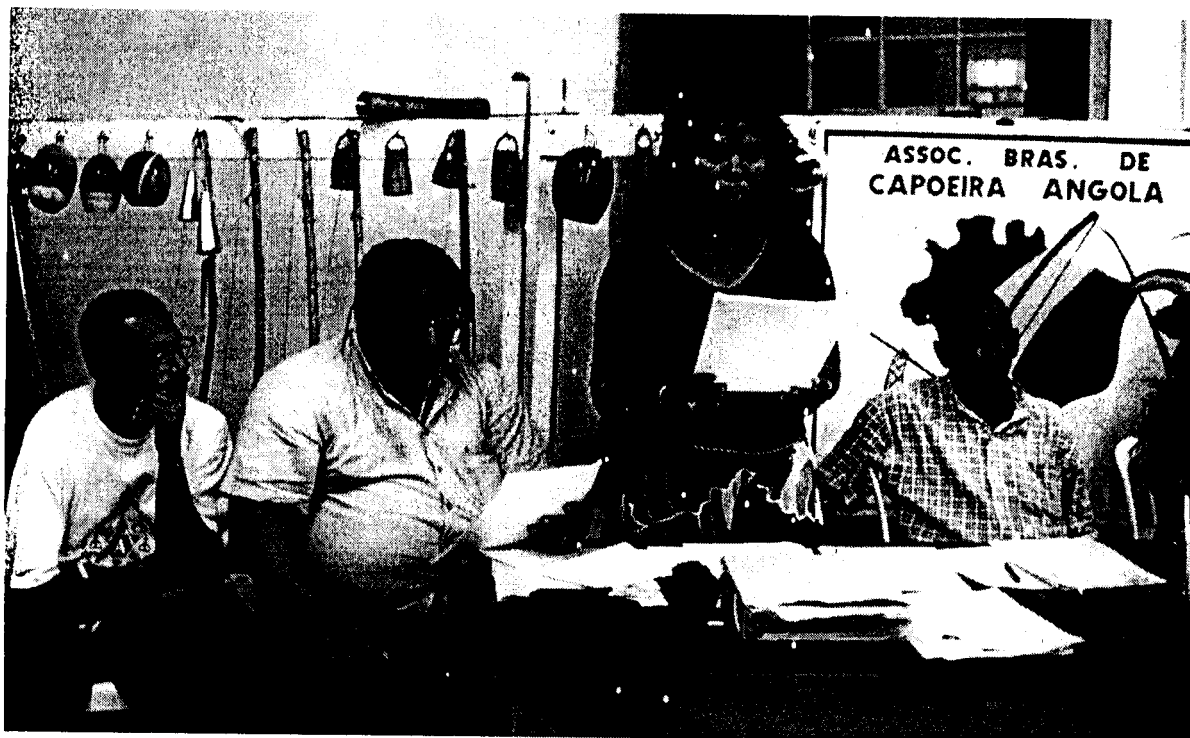


Figura 17. Além de minha inserção na ECAIG, participei integrando a diretoria da Associação Brasileira de Capoeira Angola, durante a gestão de Mestre Curió em 2000-2002,. Dentre algumas ações implementadas nesta gestão: atualização do estatuto e aprovação em Assembléia; cursos de Capoeira Angola; recadastramento de angoleiros e suas instituições; homenagem à memória de mestre Pastinha, entre outras. Arquivo Amélia Conrado

Já no Bloco Afro Ilê Aiyê, tudo começa quando me aproximei da Yalorixá Hilda Dias Santos Jitolu, Mãe Hilda, em fevereiro de 1994, há 11 anos, que após esse encontro, passei a acompanhar as festas públicas do seu terreiro, o Ilê Axé Jitolu, alguns rituais restritos e outras atividades educativas e culturais, o que me levou a destacar tais experiências em momentos na dissertação de Mestrado, ao tratar das ações exercidas por núcleos culturais afro-brasileiros.

Desde então, conheci de perto as atividades do Ilê Aiyê, *shows*, comemorações, seminários, Semana da Mãe Preta, Noite da Beleza Negra, saída no Carnaval, *Ajeun* (celebração à comida), entre outras; assim, criamos laços e afinidades compartilhadas por trocas de experiências e trabalho.

Passei a proferir palestras, ministrar oficinas, realizar ensaios e coreografias, sair no carnaval junto ao Bloco, resultando no convite pela diretoria do mesmo, em fevereiro de 2005, para escrever, discutir e implementar o projeto político-pedagógico de criação da Escola de Dança do Ilê Aiyê, sendo esta mais uma ação educativa e social que será disponibilizada em breve, para a sociedade baiana.

Por reconhecer a importância do que se produz no nível educacional nestas instituições culturais, assim como resultados favoráveis que contribuem para

a cidadania, inclusão social e identidade cultural brasileira, é que entrelaço na minha produção científica, conhecimentos oriundos da universidade e da comunidade, espaços aos quais pertenço. Consolidando os dados, somam-se depoimentos de integrantes destas instituições, como também de outras pessoas ligadas à cultura da Capoeira e Dança Afro, para confirmação e enriquecimento de aspectos, fatos históricos, do pensamento filosófico que possuem essas expressões.

1.3.2 AQUI POVO E PESQUISADOR FALA E NO CORPO-A-CORPO ERGUEM O PATRIMÔNIO

A preferência pelo contato direto com esse contexto vem reafirmar uma cumplicidade de interesses e compromissos entre o pesquisador e a comunidade na qual estou inserida, atuando em campos e níveis diversos por uma causa maior. Nessa situação, quebra-se a imagem do “pesquisador de fora” preocupado apenas em recolher dados, conforme seus interesses individuais. Luz (1983, p. 23) chama a atenção para uma posição metodológica que parta de uma inserção pessoal do pesquisador no processo crítico que está se realizando.

Nessa perspectiva, o desafio da proposta metodológica deste estudo é utilizar a orientação que se convencionou chamar *Pesquisa-ação*, definida como

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1985, p. 14)

Dentre a função política e valores que estão voltados para esse tipo de metodologia, a principal é tornar-se útil a ações de simples cidadãos, organizações militantes, populações desfavorecidas e exploradas, e desenvolver métodos de como solucionar tais questionamentos.

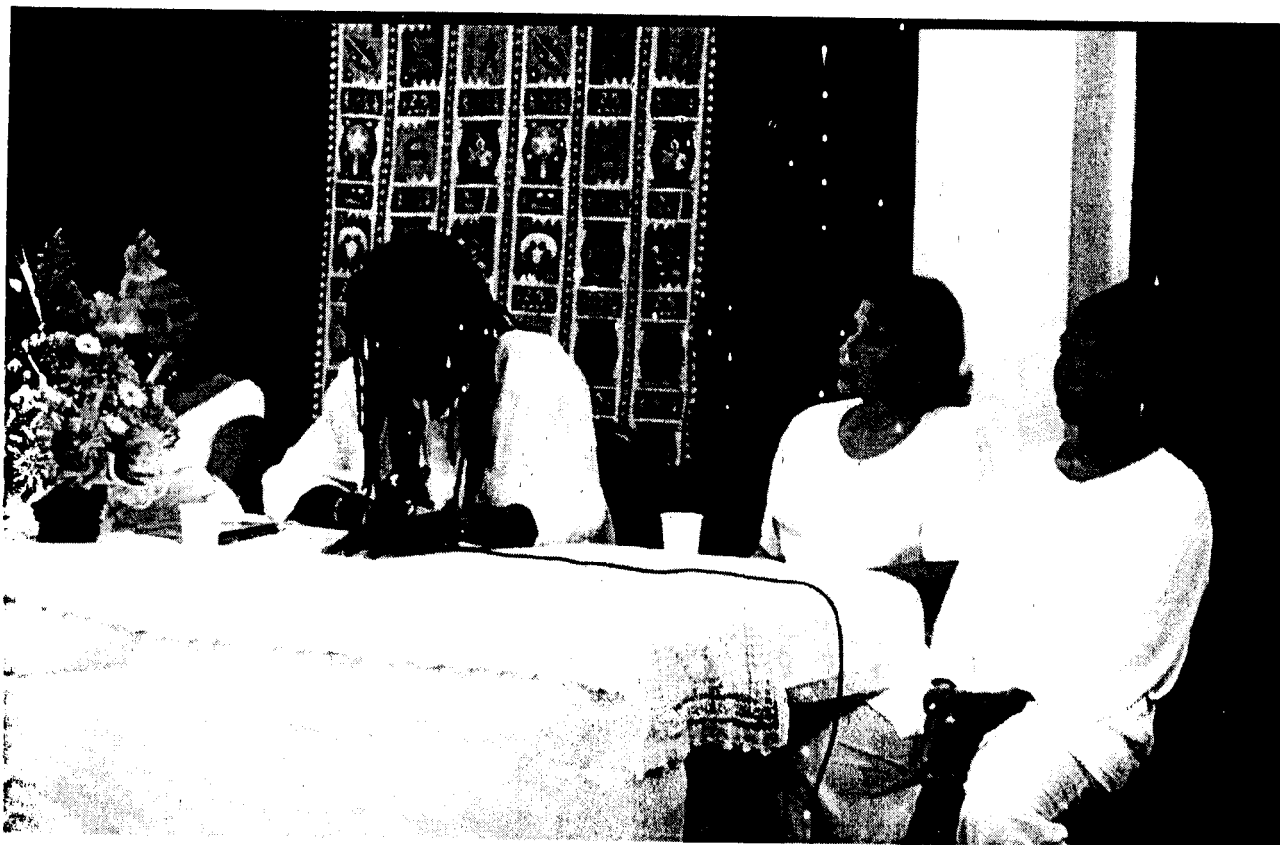


Figura 18. Produção de seminário na Escola de Dança da FUNCEB sobre profissionalização através da arte e cultura negra na intenção de levar aos espaços formais de educação em dança essa discussão, para tanto, a participação de Antônio Carlos Vovô (Presidente do Bloco Afro Ilê Aiyê) na Escola, foi marcante, pelo amplo debate que estabeleceu junto aos presentes. Ao seu lado, a professora Amélia Conrado, a diretora da Escola Simone Najar, a coordenadora Márcia Santiago. Arquivo: Amélia Conrado



Figura 19. Após a conferência do presidente Vovô, a dançarina Danda do Ilê Aiyê interpretou dançando uma música do repertório do Bloco Afro. Arquivo: Amélia Conrado



Figura 20 e 21. Fórum em Salvador para se elaborar uma carta com objetivo de apresentar propostas para ações e políticas públicas para Capoeira, objetivando apresentação no Congresso Nacional de Capoeira promovido pelo Ministério do Desporto. Nessas reuniões, se conseguiu reunir grande representação de escolas, academias e projetos que trabalham com capoeira. Devido à falta de oportunidades de encontros, existiu dificuldade de diálogo, conciliações, entre outras. Um detalhe observado por mim, é que, em média nas reuniões, apenas três, às vezes quatro mulheres participavam (Amélia, Brisa, Jararaca, Nice ou outra) junto a um grupo composto aproximadamente por 100 homens, mostrando a liderança e representatividade, predominante entre os homens. Arquivo: Amélia Conrado

A cumplicidade do pesquisador com o tema leva a concordar que, “no que se refere à própria noção de participação, três elementos constitutivos brotam como fundamentais: processo de investigação, de educação e de ação” (MACEDO, *apud* HAGUETE, 1987, p. 155). Assim sendo, “[...] a participação é uma ação reflexiva conjunta que, ademais, na OP da pesquisa-ação, transforma-se também num processo orgânico de mudança, cujos protagonistas são os pesquisadores e a população interessada na mudança”. (MACEDO, 2000, p.155-156).

Devido às características da observação-participante e procedimentos adequados à apreensão dos fenômenos sociais, fiz opção pelos seguintes métodos de coleta de dados: levantamento e a análise documental, verificando criteriosamente o que diz a Constituição Federal, as Leis Orgânicas do Estado e Município, os Parâmetros Curriculares Nacionais, sobretudo, no que se refere aos temas transversais da Diversidade Cultural, a literatura sobre ações afirmativas, entre outros.

O acompanhamento e participação em aulas, reuniões, atividades na Escola de Capoeira Angola (ECAIG) e Grupo de Dança do Ilê Aiyê, para aulas, ensaios, conversas, entrevistas, troca de serviços, reuniões conjuntas, sendo imprescindível para identificar necessidades, avanços, aspirações, dificuldades, captar elementos que constituíssem objeto para a tese e para a fundamentação de projetos em conjunto, atividades e ações, sabendo que existe de um lado e do outro,

encontradas ao longo do caminho. Podemos, no âmago de nossas estratégias, utilizar curtas seqüências programadas, mas, para tudo que se efetua em ambiente instável e incerto, impõe-se à estratégia. Deve, em um momento, privilegiar a prudência, em outro a audácia e, se possível, as duas ao mesmo tempo.

Apropriando-se dessa e de outras orientações, o referencial teórico-metodológico se constituiu, permitindo liberdade para acolher novas interrogações, possibilidades e descobertas surgidas no processo.

Os caminhos propostos pela observação participante, pesquisa-ação e etnometodologia serviram de base para organização dos procedimentos; todavia, por ser um processo dinâmico de envolvimento e participação, surgem formas para organizar os meios adequados para o desenvolvimento dos trabalhos, assim, a transformação almejada para o contexto desta pesquisa está na relação pessoal-institucional, trabalhando na direção de diminuir a distância existente entre universidade e comunidade, assim como levar a reconhecer que ambas precisam colaborar para produzir instrumentos para sua própria defesa e avanços.

Por isso, a tese é o documento proposto e disponibilizado publicamente, além da colaboração mútua na produção de outros projetos para melhoria dessas instituições; a partir daí, surgem já resultados satisfatórios. Cito a elaboração e inscrição do *Projeto Capoeira Angola: instrumento de educação, cidadania e identidade cultural* para a Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió (ECAIG), apresentado ao Ministério da Cultura-Programa Nacional *Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA*, visando à implantação de Pontos de Cultura através da Portaria MinC nº 156, de 06 de julho de 2004, sendo o Projeto da ECAIG aprovado em julho de 2005, cadastrado em processo nº 01400.009514/2005-01, passando a receber financiamento para desenvolvimento das metas até o ano de 2007.

Outra ação conjunta foi a elaboração e discussão do Projeto de criação da Escola de Dança do Bloco Afro Ilê Aiyê, realizado durante o ano de 2005.

Ainda como resultado favorável, foi a aprovação e implantação neste mesmo ano do Projeto *Aulas de Capoeira Angola na Escola Municipal Vivaldo Costa Lima* para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), em desenvolvimento pela ECAIG.

O movimento de nossas próprias vidas, diariamente, exige uma negociação de uma série de fatores que surgem desde o plano individual indo até o coletivo. São esses fatos, tidos muitas vezes como corriqueiros, que dão existência a uma manuala à qual se faz, desfaz e refaz permanentemente, como chama a atenção Harold Garfinkel, 1972, criador da *etnometodologia*, no que seja levantar análises vindas do nosso dia-a-dia. Este a concebe como

[...] pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades, cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como uma atividade prática. (COULON, 1995, p. 30)

Essa tendência surgida em meados dos anos 60 é oriunda da sociologia americana, inicialmente em espaços acadêmicos da Califórnia, chegando a outras universidades americanas, européias, principalmente inglesas e alemãs. Sem dúvida alguma, fez uma revolução em termos de teoria e epistemologia, pondo em questão o pensamento da sociologia tradicional. Além de constituir-se como teoria, coloca-se como uma nova postura intelectual e de pesquisa.

O etnometodólogo Coulan (1995, p.15) afirma que

O autêntico conhecimento sociológico nos é concedido na experiência imediata, nas interações de todos os dias. Deve-se em primeiro lugar levar em conta o ponto de vista dos atores, seja qual for o objeto de estudo, pois é através do sentido, que eles atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, que os atores constroem seu mundo social.

Nesta abordagem existe uma valorização constante dos sujeitos e suas interações, a orientação para pesquisa de campo segue a de outras sociologias qualitativas, em termos de instrumentos para coleta de dados que são muito variados; gravações em vídeo, gravação de comentários, diálogos, resultados de testes, entre outros, uma diferença é que devem constituir material de pesquisa, os próprios problemas encontrados para realização, ou seja, todas as interações com as pessoas envolvidas, pois "as condições institucionais da pesquisa têm grande influência sobre a própria pesquisa" (COULON, 1998, p. 87).

Entretanto, outros elementos de leitura simbólica são valorizados devido à singularidade da própria cultura afro-baiana em que dança, música, expressão